

## **ANÁLISE DA ECONOMIA INFORMAL EM PALMAS – TO**

**Nome dos autores:** Regiane dos Santos Pereira; Nilton Marques de Oliveira; Genick Mbaki Majongele;

### **RESUMO**

Este trabalho teve por finalidade analisar e levantar informações sobre o mercado informal em Palmas- To. A metodologia utilizada consistiu na pesquisa de campo e o referencial teórico usado foi a Teoria do desemprego em Keynes. Os resultados alcançados através deste estudo foi o levantamento de uma série de informações relativas ao estudo de desenvolvimento existente no mercado informal de Palmas. Estudou-se a importância do setor para as famílias que o compõe, foi possível perceber o motivo principal que induz os trabalhadores a optarem pela informalidade. O fato surge pela recusa explícita em participar do setor formal, onde ocorre uma relação custo-benefício a favor da informalidade, pois os comerciantes têm preferência por este setor devido eles acharem que existe burocracia para se inserir no mercado formal de Palmas. Outro motivo também é a preferência deles em trabalhar por conta própria, ao invés de estarem subordinados a um superior. Com relação às condições de subsistência desses trabalhadores, apresentaram-se condições de habitação inadequadas devido atrapalhar a circulação de pessoas. A dimensão socioeconômica também demonstrou um fator positivo na análise, sendo capaz de oferecer, em alguns setores, condições de subsistências suficientes para sobreviver apenas com a renda gerada com a informalidade. Além disso, uma parte importante deles possui outras fontes de rendimentos, seja através de outras atividades, ou via transferência do governo em forma de auxílio. Mesmo assim, o setor informal demonstrou ser capaz de apresentar rendimentos maiores que o setor formal.

**Palavras-chave:** mercado informal; Palmas; feirantes.

### **INTRODUÇÃO**

Desde os anos 70, a questão do setor informal vem sendo debatida na literatura das ciências sociais, tendo se expandido na mídia e se tornando assunto discutido nas universidades pela sua importância. A consolidação da definição de setor informal

surgiu há três décadas. Porém, o tipo de atividade deste setor já era uma tendência marcante e antiga no Brasil desde o século XIX. Nessa época a informalidade era resultado da escravidão, o que fez com que os trabalhadores recebessem baixíssimos salários e se submetessem a condições precárias e desumanas de trabalho.

Por se um assunto tão importante e complexo, a informalidade começou a ser estudada com mais vigor pela importância que vem ganhando nas economias, sobretudo aquelas em via desenvolvimento. Até os dias atuais, essa atividade não possui um conceito único. Esta falta de consenso deve-se, em parte, ao fato do setor informal representar um conjunto de atividades bastante distintas. É conhecida também com economia subterrânea, invisível, não-oficial e oculta. (Pesquisa; **Conceito de Informalidade**. Disponível em: <<http://www.google.com.br>. Acesso em: 15 nov. 2009)

O atual cenário econômico mostra uma realidade que muitos vêm enfrentando, que engloba os trabalhadores que não possuem condições de participar formalmente das atividades econômicas, tendo que procurar alternativas que lhes possibilitem sobreviver, sendo obrigados na maioria das vezes, a entrar no mercado informal de trabalho. Percebe-se, por exemplo, que há uma significativa participação do setor informal na economia de Palmas, fato observado em feiras livres e outros pontos da cidade. Pode ser considerado por muitos um problema para a sociedade, talvez seja necessário se perguntar: quais os motivos que conduzem ao crescimento do setor informal? Este trabalho tem por finalidade analisar e levantar informações sobre o mercado informal em Palmas – TO. E como objetivos específicos:

- Estudar o processo econômico informal em Palmas;
- Discutir teoricamente, os fatores do desenvolvimento em setores localizados;
- Levantar as condições de subsistência dos trabalhadores informais;

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Para o estudo da economia informal de Palmas utilizou-se uma abordagem quantitativa e pesquisa de campo. A pesquisa foi realizada em algumas feiras como a Feira da 304 Sul e 307 Norte, também na estação Apinajé e no camelódromo na Avenida JK. Os sujeitos da pesquisa foram distribuídos nas seguintes áreas: comerciantes de produtos agropecuários como frutas, hortaliças, tubérculos, derivados

do leite, farinha e etc.; comerciantes de produtos eletrônicos e outros; vendedores de artesanato; serviços de alimentação e outros. Nos formulários do questionário não constaram os dados que podiam identificar o sujeito. Após a coleta das informações – que foram realizadas nos meses de março e abril deste ano – os dados obtidos foram colocados em confronto com os pressupostos teóricos levantados.

No referencial teórico foi utilizada a Teoria do Desemprego em Keynes, citado por Ocio (1995) diz que o desemprego involuntário consiste na insuficiência da Demanda Agregada, ou seja, os trabalhadores - onde a produção não há demanda - permanecerão “involuntariamente” desempregados, independentemente deles aceitarem alguma redução de salários, ou seja, esse desemprego não depende do salário freqüentemente pago. Dessa maneira, o desemprego surge a partir do desequilíbrio do setor real. O aumento de oferta de bens, em relação à demanda corrente dos mesmos, leva ao aumento de oferta de trabalho, em relação a sua demanda.

Segundo Ocio (1995), o desemprego decorre da natureza instável e excludente do sistema, e sua minimização exige ações de política econômica específicas, no contexto institucional do que, talvez, poderíamos denominar de Economia Social de Mercado. O desemprego com certeza fere os direitos do cidadão, porém é muito útil para manter as relações sociais da produção orientadas para a valorização do capital.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta parte serão apresentados os referenciais dos resultados e discussões encontrados na realização desse projeto. Pôde-se perceber que a maior parte dos trabalhadores informais que atuam nas regiões pesquisadas - as feiras da 304 sul e 307 norte, praça dos camelôs e estação apinajé - é do sexo masculino, compreendendo 63% do total, mostrando um mercado compreendido entre pessoas com idade entre 47 e 56 anos, sendo que das 79 pessoas entrevistadas, 31 delas não tem o ensino fundamental completo, ou seja, quase a metade. Somente um pequeno número apresentou o ensino médio completo, ou seja, 23 pessoas.

Outro resultado que trouxe destaque durante a realização da pesquisa, foi a cerca do tempo de permanência dos comerciantes na atividade informal, a maior parte deles atuam nesse mercado somente de 2 a 5 anos, ou seja, 33% do total, tempo considerado

relativamente curto contra apenas 28% que trabalham entre 6 e 10 anos. Esse resultado nos levou a pensar o que teria motivado esses trabalhadores com atuação curta nesse tipo de mercado a ter a concepção de optar por trabalhar na informalidade. Em face dessa pergunta, outro resultado talvez mostre o motivo dessa escolha; Os comerciantes foram interrogados quanto ao grau de valorização do setor informal, 62% disseram não ser valorizado, ao mesmo tempo 52% deles mudariam, se pudessem, do setor informal para o setor formal, e 48% não mudariam, ou seja, esse resultado trouxe um pouco de contradição porque quase a metade dos comerciantes não mudariam da informalidade para formalidade, sendo que a maioria opinou que o mercado não é valorizado.

Mas até aqui a pergunta ainda não foi respondida: o que motivou (ou desmotivou) esses comerciantes a atuar nesse setor? A pesquisa revelou que o principal problema apontado foi que apesar de acharem o mercado informal desvalorizado, eles não pretendem sair por razão do risco que eles não querem ter de enfrentar as enormes condições de regularização para atuar no setor formal. Uma prova marcante disso é que 99% deles dependem desse setor para seu meio de sobrevivência, o que para eles justifica em face de suas dificuldades encontradas, dentre elas a principal: o sustento da família. A pesquisa mostrou também que 68% dos vendedores afirmaram não pagar nenhum tipo imposto para exercer o seu trabalho e 32% disseram pagar algum tipo de imposto. Ao mesmo tempo foi questionado a eles se são contra ou a favor desses impostos cobrados, dentre eles 72% considerou não haver necessidade de nenhum pagamento de imposto ou mesmo licença para ocuparem o local. O restante considerou haver a necessidade de impostos para assim haver mais organização no local, e cada vendedor teria seus direitos adquiridos sobre o seu ponto de venda em face de estarem contribuindo para garanti-los.

Além de tudo isso, outro essencial resultado obtido na pesquisa foram as principais dificuldades pertinentes ao mercado, 18% considerou serem as poucas vendas de seus produtos; segundo eles há ocorrência de preços demasiadamente baixos em relação aos elevados custos por eles cobrados. Outros 16% disseram ser a falta de qualquer tipo de apoio por parte do governo; a maioria, ou seja, 44% avaliou outros problemas pertinentes a esse mercado, como por exemplo, a falta de estrutura física, o elevado custo de transporte e de obtenção de matéria-prima, na produção (aquisição),

tanto no mercado (venda ou revenda), falta de capital (financiamento) para os seus negócios, ou seja, 89% desvendou não ter nenhum financiamento para o setor, segundo eles, os financiadores cobram juros altíssimos que para eles impossibilitam em um investimento maior.

Esse estudo sugere algumas recomendações para as possíveis soluções de problemas apontados na pesquisa. Uma delas é o “Empreendedor Individual”, um programa oferecido pelo SEBRAE, que consiste na Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, que criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um Empreendedor Individual legalizado. Entre as vantagens oferecidas por essa lei está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilitará a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais. Além disso, o Empreendedor Individual será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). E pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 57,10 (comércio ou indústria) ou R\$ 62,10 (prestação de serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Com essas contribuições, o Empreendedor Individual terá acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros.

#### LITERATURA CITADA

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

ARAÚJO, C.R.V. **História do Pensamento Econômico: uma abordagem introdutória**. Atlas, São Paulo. 1995.

OCIO, Domingo Zúrron. **O emprego na Teoria Econômica. Relatório nº 11**. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 1995.

(Informações Gerais; **PORTAL DA PREFEITURA**. Palmas. Disponível em: <<http://www.palmas.to.gov.br/default.asp>. Acesso em: 15 nov. 2009).

(Pesquisa; **CONCEITO DE INFORMALIDADE**. Disponível em: <<http://www.google.com.br>. Acesso em: 15 nov. 2009)

#### AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da UFT/PROEST.